



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

21 de agosto 2012



Veículo: Revista Veja

Editoria: Entrevista

Data: 21/08/12

Assunto: Não precisamos de escolas-modelo

Página: 17

Não precisamos de escolas-modelo

O educador diz que o Brasil necessita de redes de ensino fundamental eficientes, não de ilhas de excelência, e anuncia um prêmio para os prefeitos que avançarem nesse objetivo

Há décadas governos estaduais, municipais e federal se vangloriam de suas escolas-modelo, unidades que recebem toda a atenção da administração de plantão e que, por isso, se destacam dos demais colégios públicos pela excelência. Os governantes deveriam, na verdade, se envergonhar da situação, afirma o educador João Batista Araujo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, ONG dedicada à educação. O argumento do especialista é simples: "As escolas-modelo são exceções. A regra, como sabemos, são as demais escolas do Brasil". Para incentivar governos a corrigir a distorção, Oliveira criou, em parceria com a Gávea Investimentos e a Fundação Lemann, o Prêmio Prefeito Nota 10, que vai dar 200 000 reais a administradores municipais cuja rede de ensino fundamental obtiver a melhor avaliação na Prova Brasil, exame federal que mede a qualidade do ensino público no ciclo básico. Escola-modelo, portanto, não conta. "Não adianta o prefeito falar que tem duas escolas excepcionais, se as demais não acompanham esse nível. Queremos premiar o conjunto." Confira a seguir a entrevista que ele concedeu a VEJA.

O MEC divulgou nesta semana os resultados da Prova Brasil, que mostra o nível de aprendizado das crianças no ciclo fundamental das escolas públicas. Como o senhor avalia os resultados? Eles foram divulgados com grande fanfarra, mas não há nenhuma justificativa para isso. Se você analisa a questão no tempo, percebe que existe estagnação. Há um ponto fora da curva, os resultados divulgados em 2010. Mas eles não foram corroborados neste novo exame, e já esperávamos isso. Estamos onde estávamos em 1995. Há uma melhora bem pequena nos anos iniciais da escola, e pouquíssima variação nas séries finais e no ensino médio. Os gastos em

“Há boas escolas espalhadas pelo Brasil, mas sozinhas elas não vão mudar o jogo. Precisamos de uma rede que funcione”





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

educação aumentaram — e muito — e foram criados muitos programas, mas isso não tem consistência suficiente para melhorar a qualidade do ensino. Então, temos duas hipóteses para a estagnação: ou os programas criados são bons mas não foram bem executados, ou são desnecessários e não trouxeram benefício algum.

Especialistas, entre os quais o senhor, pregam que uma reforma educacional eficaz se faz com receitas consagradas — ou seja, sem invenções. Quais são os ingredientes para o avanço? O primeiro é uma política para atrair pessoas de bom nível ao magistério. Desde a década de 60 há um rebaixamento do nível do pessoal, e a qualidade do ensino depende essencialmente do professor. O segundo ingrediente é a gestão do sistema. Uma boa gestão produz equidade: todas as escolas de uma mesma rede funcionam segundo o mesmo padrão. Hoje, unidades de uma mesma rede, estadual ou municipal, apresentam desempenhos díspares. O terceiro é a existência de um programa de ensino estruturado, que falta ao Brasil. As escolas têm um punhado de papéis reunidos sob o nome de “proposta político-pedagógica”, seja lá o que isso queira dizer: começa com uma frase do Paulo Freire e termina citando Rubem Alves. Os governos de todos os níveis abriram mão de manter uma proposta de ensino, detalhando o que os alunos devem aprender em cada série. O quarto ingrediente é um sistema de avaliação que possa medir a evolução do aprendizado. Para isso, porém, é preciso ter um programa de ensino: afinal, se você não sabe o que ensinar, como vai saber o que avaliar? De posse de bons profissionais, gestão, programa de ensino e métodos de avaliação, acrescenta-se o último ingrediente, um sistema de premiação e punição. Algumas redes começam a pensar em um sistema de premiação, mas não adianta só dar incentivo. É preciso premiar quem faz direito e punir quem não faz. Hoje, o único punido no sistema de ensino brasileiro é o aluno reprovado. Isso é covardia. Nada acontece com professor, diretor, secre-

“No Brasil, o que importa é o acessório, ensinar xadrez ou teatro. Isso acontece porque as escolas e as secretarias de Educação estão povoadas de pedagogos, e não de gestores”

tário de Educação, prefeito ou governador quando eles falham.

Em meio a tantos desacertos, há municípios fazendo a lição de casa em matéria de educação? Sim, mas os exemplos são poucos. Sobral, no Ceará, é um deles, além de algumas dezenas de cidades em São Paulo e em Minas Gerais. Elas seguem a receita de estruturar o ensino, de cuidar de questões que realmente fazem a diferença. Mas ainda estamos falando das primeiras séries do ensino fundamental. Ou seja, estamos aprendendo a fazer escola primária.

O senhor organiza um prêmio que será entregue a administrações municipais que mostrarem o melhor desempenho em educação. Como ele vai funcionar? A ideia é premiar o prefeito das cidades que apresentarem uma rede de qualidade, ou seja, um conjunto em que todas as escolas atinjam um patamar satisfatório de ensino. Não adianta o prefeito falar que tem duas escolas-modelo, excepcionais, se as demais não acompanham esse nível. Queremos premiar o conjunto.

Qual o problema das escolas-modelo? O problema é que elas não são modelo de nada. Em sua excelência, elas são exceções. O prêmio parte da premissa

de que uma andorinha sozinha não faz verão. Por meio da Prova Brasil, constatamos que existem algumas escolas boas espalhadas pelo país, mas, sozinhas, elas não vão mudar o jogo. Precisamos de uma rede que funcione. Quando analisamos avaliações de outras nações, percebemos que escolas de uma mesma rede têm um desempenho muito similar. Isso é democracia, isso é cidadania: você pode matricular seu filho em qualquer escola, pois todas oferecem o mesmo nível de ensino.

Por que é tão difícil levar a qualidade das escolas-modelo para toda a rede de ensino? Porque no Brasil o que importa é acessório. O legal é colocar xadrez na escola, é ensinar teatro. O brasileiro vai à Finlândia e acha que o sucesso da educação daquele país se deve ao fato de que as paredes das escolas são pintadas de rosa. Na volta ao Brasil, ele quer pintar todas as escolas daquela cor. Depois, ele vai à França, onde vê um livro que julga importante e decide introduzi-lo nas escolas daqui... Em vez de olharmos o que os sistemas de ensino daqueles países têm em comum, olhamos exatamente para o que há de diferente neles, como se isso fosse a bala de prata da educação. Por isso gestão é tão importante: é preciso focar o DNA da escola e deixar de lado o que é periférico. O problema é que as escolas e as secretarias de Educação estão povoadas de pedagogos, e não de gestores. Não conheço uma Secretaria de Educação no Brasil que tenha um especialista em demografia, que saiba quantas crianças vão nascer nos próximos anos e, portanto, quantas escolas precisam ser abertas ou fechadas.

Há alguns meses, o MEC anunciou a aquisição de milhares de tablets para professores. O senhor vê isso com bons olhos? É mais confete. O bom professor vai se beneficiar; o mau, não. E nem o benefício ao bom professor justifica o custo. Quando a tecnologia está atrelada ao professor, ele, o ser humano, vai ser sempre o fator limitante. Nenhum país conseguiu melhorar a educação a partir do uso da tecnolo-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

gía. Não estou dizendo que a tecnologia seja ruim. Ela tem potencial, desde que seja usada no contexto apropriado. Não adianta colocar ingredientes certos na receita errada.

Alguns países que tinham índices educacionais semelhantes aos do Brasil hoje ostentam números aceitáveis ou mesmo invejáveis. É o caso de Coreia do Sul, China e Chile. O que essas nações podem ensinar ao Brasil? Elas podem servir de modelo, mas é preciso entender o processo de cada uma delas. Os três países citados aprimoraram seu sistema de ensino em regimes militares, o que não é a realidade do Brasil, felizmente. Mas a estratégia central dessas nações foi adotar medidas de forma gradual. Essa é uma lição que o Brasil tem dificuldades para aprender. Queremos fazer tudo de uma só vez, e acabamos não fazendo nada direito. A Coreia do Sul, por exemplo, realizou sua reforma entre os anos 1950 e 1980. Primeiro, reestruturou o ensino primário, depois, o ginásio, e assim por diante. A outra estratégia acertada dessas nações foi construir as condições necessárias ao sucesso do ensino. Dou novamente um exemplo dos sul-coreanos: eles introduziram um programa de ensino rigoroso, tocado por professores bem formados. Temos também exemplos de democracias que fizeram reformas educacionais bem-sucedidas, como Finlândia e Irlanda. A Finlândia tinha índices muito inferiores aos dos demais países escandinavos. Há cerca de trinta anos, eles elaboraram um plano de ensino extremamente rigoroso, que incluía formação lapidar de professores.

A sensação generalizada é que o ensino público nacional é um desastre. É uma visão errada? É uma visão correta. Sobre tudo para as crianças pobres, que teriam na escola a única chance de ascensão social. A escola é um desastre quando analisada pela ótica das avaliações internacionais, e um desastre também do ponto de vista pessoal, individual. A única chance que um cidadão tem de melhorar de vida no Brasil é por meio da educação de qualidade. E ela não

“Insistimos em fazer um ensino acadêmico, que reprova alunos e nega um futuro a essas pessoas. O currículo tem de ser voltado para a massa que vai enfrentar o mercado de trabalho. Uma formação técnica”

tem qualidade para a maioria das pessoas. O número de jovens que chegam ao ensino médio é baixíssimo, e entre estes a evasão é uma calamidade. E o governo é incapaz de entender que há um modelo errado ali, que penaliza jovens justamente quando eles atravessam uma fase de afirmação.

O Enem foi criado como ferramenta de avaliação e aprimoramento do ensino médio. Porém, vem sofrendo mudanças para atender a outro fim: a seleção de estudantes para universidades públicas. Qual a avaliação do senhor a respeito? Ninguém consegue servir a dois senhores. O Enem nasceu com um formato, mas transformou-se em outra coisa. Ele nasceu para ser uma prova de avaliação das competências dos jovens, mas não deu certo. Em seguida, tentou-se vender a ideia de que é uma prova seletiva, um vestibular barato. E ficamos com esse troço que ninguém sabe o que é. O Enem não tem a menor importância. A ideia de ter uma forma simplificada de ingresso à universidade é bem-vinda, mas isso não serve para todos os estudantes do ensino médio.

O que poderia ser feito para corrigir o ensino médio? O Brasil tem a necessidade de atender a demandas da sociedade e da economia. Mas insistimos em fazer

um ensino acadêmico, reprovando alunos e negando qualquer futuro a essas pessoas. O grosso do currículo escolar tem de ser voltado para a massa, para pessoas que vão enfrentar o mercado de trabalho. Uma formação técnica, profissional, para aquele sujeito que vai trabalhar no shopping, no telemarketing. Não há demérito algum nisso: essa é a base das economias de serviço. Nos Estados Unidos, a maior economia do mundo, 50% das pessoas que estão no mercado de trabalho têm apenas o ensino médio. É um nível de qualificação que permite a eficiência da economia. Aqui, quem possui somente o ensino médio é considerado um fracassado.

Tramita no Congresso o Plano Nacional de Educação, que prevê aumentar o percentual do PIB destinado à área de 5% para 10%. A falta de dinheiro é a razão de crianças não saberem ler ou operar conceitos fundamentais de matemática? O país deve investir em educação, mas colocar dinheiro na equação atual é jogá-lo fora. O problema mais importante é a gestão. Não adianta pôr mais dinheiro no sistema atual porque ele vai ser malgasto. É como pagar dois professores que não sabem ensinar: melhor é pagar somente um bom mestre. Temos problemas estruturais muito graves: se eles não forem resolvidos, não haverá financiamento que baste. Desde 1995, o salário do professor quintuplicou no Brasil, mas não houve avanço no desempenho do ensino. Então, aumentar uma variável só não vai mexer no resultado. A equação é mais complexa. Além disso, 10% é uma cifra descabida do ponto de vista da macroeconomia.

O país estabeleceu metas para o ensino básico até 2021. Como estará o Brasil, do ponto de vista da educação, às vésperas do bicentenário da Independência? Estaremos no mesmo patamar. Não há nenhuma razão para pensar que será diferente. Não se muda a educação estabelecendo metas, mas a partir de instituições. Não há milagre. Uma vez que não existe investimento nas políticas corretas, não há por que achar que teremos uma situação melhor no futuro. ■



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Braziliense - DF	Editoria: Educação	Data: 21/08/12
Assunto: Opinião: O PAC da Educação		Página: Online

CORREIO BRAZILIENSE

Opinião: O PAC da Educação

"A penúria do Ensino Médio torna ainda mais complexa a tarefa de formar brasileiros em condições de exercer um trabalho de alguma complexidade no século 21", afirma Carlos Alexandre

*Carlos Alexandre

O plano nacional de logística, lançado na semana passada por Dilma Rousseff, prevê um investimento de R\$ 133 bilhões, por meio de concessões à iniciativa privada, para modernizar rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Considerando-se as expectativas em torno do pacote, não seria de todo exagerado comparar o projeto à abertura dos portos determinada por Dom João VI em 1808. Ante a indiscutível impossibilidade de o Estado atender às demandas da economia nacional, Dilma pretende estabelecer, em parceria com o capital privado, os pilares de um novo ciclo de desenvolvimento para as próximas décadas.

A medida é oportuna, mas representa somente uma parte do necessário. Em situação tão ou mais dramática do que a infraestrutura se encontra a Educação, como atestam os recentes resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb). Causa angústia a pergunta "para onde vamos?", quando se observa a média de desempenho dos estudantes oscilar entre 3,5 e 5,0, em uma escala de zero a 10. O estágio mais crítico se encontra no Ensino médio, período crucial para definir se o estudante caminhará para uma experiência acadêmica ou iniciará a formação profissionalizante. A parceria entre o governo e o empresariado enfrentará o grave empecilho da carência de trabalhadores qualificados. É conhecida a dificuldade, por exemplo, de se contratar engenheiros. A penúria do Ensino médio, no qual jovens entre 14 e 17 anos têm uma compreensão precária do português e mal conseguem realizar as quatro operações matemáticas, torna ainda mais complexa a tarefa de formar brasileiros em condições de exercer um trabalho de alguma complexidade no século 21.

É fundamental, pois, definir políticas públicas que impliquem maior investimento no Ensino médio. Esse desafio consiste em uma ação múltipla: buscar novas fontes de recursos e parcerias; melhorar a formação e a realidade salarial dos Professores; encontrar mecanismos contra a evasão e a repetência Escolares; executar uma reforma curricular apropriada às vantagens e deficiências da economia brasileira. Impõe-se canalizar para a Educação a mesma energia dispensada ao PAC e iniciativas semelhantes.

Como leitura sobre o tema, sugiro o relatório Global Education Digest 2011, disponível no site da Unesco. O documento apresenta um diagnóstico do Ensino médio pelo mundo e aponta alternativas possíveis.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Braziliense - DF	Editoria: Educação	Data: 21/08/12
Assunto: MEC discutirá o Ensino Médio		Página: Online

CORREIO BRAZILIENSE

MEC DISCUTIRÁ O ENSINO MÉDIO

Após a divulgação do Ideb 2011, na semana passada, apontar estagnação no Ensino Médio, o Ministério da Educação se reúne hoje com representantes do Consed para discutir a reformulação do antigo segundo grau

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Após a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) 2011, na semana passada, apontar estagnação no Ensino médio, o Ministério da Educação (MEC) se reúne hoje com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) para discutir a reformulação do antigo segundo grau. Na avaliação do ministro Aloizio Mercadante, os dados mostram que é preciso mudar. Na última sexta-feira, o Correio mostrou que a portaria que define as novas diretrizes do Ensino médio já está em vigor desde janeiro deste ano, mas não foi implementada nas Escolas. Além da reestruturação na etapa Escolar, a pasta discute com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) a adequação das universidades ao novo sistema de cotas sociais e raciais, que aguarda sanção presidencial.

No encontro com os representantes do Consed, Mercadante apresentará a sugestão de concentrar as disciplinas em quatro áreas do conhecimento, conforme o Exame Nacional do Ensino médio (Enem). De acordo com o ministro, o currículo atual é



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

muito fragmentado, com variações de 13 a 20 matérias. “Não vamos acabar com a química, a física, a biologia, mas organizá-las no campo da ciência da natureza. Com isso, os Professores permanecem mais tempo nas mesmas Escolas, não se dispersam em várias instituições, e ainda melhoram a relação com o Aluno”, aposta. A alteração, segundo Mercadante, abre espaço para que o Ideb seja aos poucos substituído pelo Enem. “O exame está se tornando um censo do Ensino médio e, agora, com as cotas sociais, o interesse por ele vai crescer ainda mais”, acredita.

Diante do cenário de estagnação dos últimos anos da Educação básica e da instalação do novo sistema de reserva de vagas direcionado aos estudantes de Escolas públicas, à população negra, parda e indígena, Mercadante levará aos reitores proposta para adaptação desses Alunos. Uma das opções, segundo ele, é implementar curso de nivelamento capaz de corrigir as falhas, aliado ao acompanhamento pedagógico. “É melhor resolver o problema pela raiz do que acumular dependências”, justifica. Antes de apostar na ideia, no entanto, ele ainda aguarda um levantamento com a quantidade de Alunos provenientes de Escolas públicas nas universidades federais e estaduais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 21/08/12
Assunto: Dilma comemora Ideb e defende Ensino Integral		Página: Onlie

O ESTADO DE S. PAULO

DILMA COMEMORA IDEB E DEFENDE ENSINO INTEGRAL

A presidente Dilma Rousseff comemorou os números do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) de 2011 e defendeu a expansão do Ensino integral em entrevista ao programa de rádio Café com a Presidenta.

"Nos anos iniciais do Ensino fundamental, o Brasil teve nota 5 no Ideb nacional, superando a meta de 2011 e também a de 2013. Nós tivemos bons resultados também nos anos finais do Ensino fundamental. O Ideb atingiu 4,1, também acima da meta para 2011", disse Dilma.

Os números citados pela presidente, no entanto, consideram todas as redes de Ensino - sem a rede privada, o Ideb nos anos iniciais cai para 4,7; nos anos finais, chega a 3,9.

Dilma admitiu que o País precisa de "um grande esforço" no Ensino médio. O Ideb da rede estadual nessa etapa se manteve estagnado em 3,4; em nove Estados e no DF, o índice caiu, em relação ao de 2009.

"Por isso, a Educação em tempo integral é tão importante, principalmente quando, junto com ela, vem a melhora dos currículos que nós estamos fazendo no Ensino médio. Várias ações, como o Programa Ensino fundamental Mais Educação, estão ajudando a melhorar a qualidade da Educação no nosso País", afirmou a presidente.

Dilma destacou que "todo país que se desenvolveu, que saiu da condição de país pobre e se mantém na condição de país desenvolvido, apostou na Educação em tempo integral para todas as crianças".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Zero Hora	Editoria: Educação	Data: 21/08/2012
Assunto: Santa Catarina, um modelo de ensino		Página: Online

ZERO HORA

SANTA CATARINA, UM MODELO DE ENSINO

Interação com a comunidade é um dos fatores para explicar o sucesso

Fonte: Zero Hora (RS)

Enquanto o Rio Grande do Sul amarga pontuação abaixo do esperado e metas inalcançadas no Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb), Santa Catarina ocupa os primeiros postos da avaliação, que analisa o desempenho dos estudantes brasileiros. Qual o segredo dos catarinenses, que têm investimentos semelhantes – e por vezes menores – em Educação, na comparação com os gaúchos?

O Estado vizinho, primeiro lugar no Ensino médio, líder nos anos finais do Ensino fundamental e segundo colocado nos anos iniciais, vem crescendo nas avaliações do Ideb desde 2005 não por acaso. Com valores nada estratosféricos investidos por Aluno – R\$ 3.526,17 em 2011, enquanto o Rio Grande do Sul registrou R\$ 4.460,61, segundo o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) –, os Educadores catarinenses têm apontado a interação com a comunidade, a boa formação dos Professores e o acesso facilitado a cursos no Interior como fatores primordiais para explicar o sucesso.

O secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, destaca que 92% dos Professores do Estado têm graduação e 60% fizeram alguma especialização, mestrado e doutorado. Para o coordenador do curso de Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Jorge Alexandre Cardoso, o alcance das universidades comunitárias a 100% das regiões do Estado permite a formação de Professores em todos os cantos do Estado.

Estabelecimento de Ensino catarinense de melhor pontuação, a Escola Municipal Adolpho Bartsch, de Joinville, alcançou nota 7,9 nos anos iniciais (primeiro ao quinto ano) do Ensino fundamental. Construída em mutirão pela comunidade nos anos 80, tem suas ações acompanhadas de perto pelos pais dos Alunos.

– Temos um forte apoio dos pais, da comunidade – explica o diretor Fábio de Almeida Doin.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RS terá uma avaliação própria

A Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul respeita a avaliação do Ideb, mas questiona suas prioridades. Para o titular da pasta, Jose Clovis de Azevedo, o exame deveria englobar disciplinas além de matemática e português. Segundo ele, o Ensino no Estado é mais diversificado do que o dos catarinenses, que é muito focado em "avaliações externas". Se outras disciplinas integrassem o Ideb, o resultado poderia ser outro, entende o secretário.

– Nós achamos que o Ideb é um indicador importante, que devemos levar em consideração, mas ele não faz a leitura de toda a diversidade curricular. Nós temos na nossa rede muita música, muitos projetos de estudo de geografia, história, sustentabilidade, meio ambiente – argumenta.

Diante desse cenário, a secretaria planeja lançar, no mês que vem, uma avaliação própria no Rio Grande do Sul. Ao lado do Ideb, o Sistema Estadual de Avaliação Participativa (Seap) servirá para identificar problemas e buscar melhorias para o Ensino gaúcho.

O Seap incluirá um programa de computador que armazenará dados coletados por meio de um questionário, composto de 50 indicadores educacionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 21/08/2012

Assunto: Desafios da educação

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

Desafios da educação

EDUARDO DESCHAMPS *

A divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2011 pelo MEC coloca a educação catarinense em posição de destaque em nível nacional. O avanço nos indicadores apresentados foi significativo e deve ser comemorado, pois revela evolução. Entretanto, os resultados estão aquém dos necessários para garantir um desenvolvimento pleno de nossas crianças e jovens. Os desafios que se apresentam são inúmeros e passam pela necessidade da eliminação da desigualdade existente nos resultados entre as diversas regiões do Estado, redes (municipal, estadual e privada) e escolas da mesma estrutura.

Além disso, pela evolução dos resultados, observa-se a necessidade de realizar uma transformação do ensino médio (EM). Hoje, o EM apresenta os indicadores mais preocupantes e vive uma clara crise de identidade, que resulta em desestímulo dos estudantes, elevadas taxas de abandono e jovens despreparados para o mercado de trabalho ou universidade. Nesse sentido, a

alteração curricular do ensino médio, a consolidação da escola de tempo integral e a expansão das matrículas em cursos profissionalizantes são metas a serem perseguidas nos próximos anos.

Ações de melhoria estão em curso e passam pela identificação das práticas pedagógicas e gerenciais mais eficazes aplicadas nas escolas com bons indicadores e que devem ser estendidas às com resultados abaixo do esperado.

No âmbito do ensino fundamental, Santa Catarina está aderindo ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tendo como meta a alfabetização de todas as crianças aos seis anos de idade. Além disso, estão projetados investimentos superiores a R\$ 500 milhões em infraestrutura e tecnologia da informação nas escolas nos próximos dois anos. Finalmente, cabe lembrar que a educação exige a participação da comunidade e, em especial, dos pais no acompanhamento efetivo dos projetos e ações educacionais a fim de elevar nossos padrões de qualidade ao nível dos países desenvolvidos.

* Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 21/08/2012
Assunto: Burocracia deixa ônibus estacionados		Página: 14

Notícias do Dia

EDUCAÇÃO

Burocracia deixa ônibus estacionados

SÃO JOSÉ — Há um mês, mais de 70 micro-ônibus escolares fabricados pela Iveco estão estacionados em um terreno particular em Barreiros, São José. Os veículos foram doados pelo governo federal à Secretaria de Estado da Educação. No entanto, não foram retirados porque um decreto estadual proibia o recebimento de recursos federais. Enquanto o impasse é discutido nas esferas políticas, estudantes do interior do Estado são transportados em veículos sucateados e sem segurança.

De acordo com o representante de vendas/governo da Iveco, Luiz Felipe Nunes, o decreto foi derrubado pelo governador Raimundo Colombo no dia 7 de agosto. Ainda que a proibição tenha caído, a transferência de recursos federais para Santa Catarina ainda depende da secretaria. “Agora só falta a boa vontade da secretaria para que a autorização de fornecimento seja repassada à Iveco”, disse Nunes. O representante lembra que com a devida autorização os veículos, que ao todo são 134, serão inspecionados pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), de Santa Catarina e enviados as devidas escolas. “Os R\$ 17 milhões já estão depositados na conta da Secretaria de Educação. Falta desburocratizar o processo”, observou.

Cada micro-ônibus tem capacidade para 29 alunos sentados. Vaga para cadeirante, assento com cinto de três pontas para portadores de deficiência e sistema de segurança que só permite que o veículo ande se as portas estiverem fechadas. A velocidade máxima é de 70Km/h.